

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA, AUTONOMIA, ACESSIBILIDADE E A QUESTÃO SOCIAL NA ESCOLA

Camila Brady Passos Busgaib<sup>1</sup>

Fabiana Lima Nascimento Oliveira<sup>2</sup>

João Bosco de Farias<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho é fruto de estudos e debates no Mestrado Acadêmico em Serviço Social MASS/UECE - Universidade Estadual do Ceará, na disciplina de Serviço Social e Questão Social na Contemporaneidade, no qual entendemos que a inclusão de professores e estudantes com deficiência nas Escolas Municipais de Fortaleza, não é uma questão apenas da Secretaria Municipal de Educação, mas perpassa também por uma questão social, onde entendemos que todo sujeito, professor ou estudante, é um ser social de direito, e que cada um, com seu papel bem definido dentro da escola, tem responsabilidade pela inclusão na luta anticapacitista, e pela escolarização de cada estudante com seus medos, suas limitações, como também com suas capacidades e potencialidades que devem ser desenvolvidas na interação com seus pares em uma escola verdadeiramente acolhedora em estrutura física, materiais pedagógicos, tecnologias assistivas e adaptações curriculares. Para além de materiais e estrutura, um acolhimento humano, sensível e sem preconceito.

**Palavras-chaves:** Inclusão, acessibilidade, adaptação curricular

## ABSTRACT

This paper is the result of studies and debates in the Academic Master's in Social Work Program (MASS/UECE - State University of Ceará) in the subject Social Work and Social Issues in Contemporaneity, in which we understand that the inclusion of teachers and students with disabilities in the Municipal Schools of Fortaleza is not only a matter for the Municipal Education Department but also a social issue. We believe that every individual, whether a teacher or a student, is a social being, and each one, with their well-defined role within the school, has responsibility for inclusion in the anti-ableist struggle and for the education of each student with their fears, limitations, as well as their abilities and potentials that should be developed through interaction with their peers in a truly welcoming school environment with adequate physical structure, educational materials, assistive technologies, and curricular adaptations. Beyond materials and infrastructure, it requires a humane, sensitive, and non-discriminatory approach.

**Keywords:** Inclusion, accessibility, curricular adaptation

1 Aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço social-UECE- [camila.educacao.fortaleza.ce.br](mailto:camila.educacao.fortaleza.ce.br)

2 Aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço social-UECE- [fabianalimaoliver@yahoo.com.br](mailto:fabianalimaoliver@yahoo.com.br)

3 Aluno do Mestrado Acadêmico em Serviço social-UECE- [bosquinhofarias@gmail.com](mailto:bosquinhofarias@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A questão social manifesta-se dentro das escolas de várias maneiras, onde podemos citar a integração/inclusão de estudantes e professores com deficiência, além de questões de pobreza, precarização do trabalho nas famílias dos estudantes, como também a violência na comunidade que estão inseridos. Neste trabalho teremos como objetivo observar como o espaço escolar atende as necessidades das pessoas com deficiência, iremos nos deter aos docentes com ou sem deficiências e discentes com deficiências, que estão lutando pelo seu espaço de direito nas escolas Públicas Municipais de Fortaleza. Esse objetivo é norteador que impulsionará as estratégias utilizadas numa metodologia qualitativa, com aplicação de questionários, entrevistas e observação participativa, levantamento bibliográficos a fim de contemplar o tema desse trabalho, que por sua vez ocorrerá mediante através do protagonismo dos envolvidos cada um com sua contribuição na busca de compreendermos como se dá a inclusão

Entendemos a importância social e educativa da convivência com as diferenças dentro das escolas. “Sabemos que a defesa dos direitos de todas as pessoas, sem nenhuma discriminação, só é possível em regimes que respeitem o ser humano na sua integridade dignidade e na sua condição de sujeito de direito.” (SILVA,2015, p.7). Mas podemos nos perguntar: como receber esses alunos e professores com deficiências das mais variadas sem mudanças estruturais, como também sem mudanças no pensamento da comunidade escolar

Segundo dados dos Censos da educação básica e da educação superior, elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2018, o Brasil contava com 2.226.423 professores na educação básica e 384.474 no ensino superior.

Destes professores, 6.711 da educação básica e 1.655 do ensino superior têm algum tipo de deficiência. O que, respectivamente, corresponde a 0,30% e 0,43%.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, mais de 45 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência. O que corresponde a 22% da população. Embora esses dados sejam relativamente antigos, podem nos dar uma ideia da realidade atual. Diante desses números se pode questionar: A que se deve tão baixa representatividade de pessoas com deficiência atuando como professores na educação básica e no ensino superior?

Em nosso país a questão da inclusão escolar é uma garantia baseada em leis. Leis estas que preservam e defendem a elaboração e a execução de políticas públicas na formação dos docentes, para que estes atendam às novas demandas de ensinar a todos sem distinção.

O direito das pessoas com deficiência à uma educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino é assegurado pelo menos desde 2015 com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a Lei nº 13.146, criada com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem por meio da eliminação de barreiras.

A inclusão, não começa apenas na mudança de estrutura física da escola, começa na aceitação das pessoas, começa quando compreendemos que o diferente não é errado ou anormal, pois somos essencialmente diferentes, começa quando entendemos a importância do professor ao lidar com as diferenças em sala de aula para a inclusão e acessibilidade dos nossos estudantes. O professor com ou sem deficiência, deve se questionar todos os dias: como intervir na realidade e transformá-la, como ensinar e como se fazer compreendido por tantos indivíduos cada um com suas dificuldades e potencialidades dentro de uma sala de aula.

Nós professores, precisamos do conhecimento técnico para ensinar de acordo com as necessidades da reprodução capitalista, porém para muito além de como fazer, precisamos ter um pensamento crítico para mediar de acordo com a realidade da sala de aula, uma intervenção diretamente ligada com a investigação da realidade, conhecer o aluno, entender a totalidade e não apenas enxergar a deficiência, precisamos investigar para intervir.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O caminho da construção de uma escola inclusiva é responsabilidade de todos, desde o aceitar sem discriminação entendendo que cada pessoa com deficiência faz parte da sociedade e por tanto é um ser de direito que precisa e deve ter suas necessidades atendidas, como mudanças na estrutura física da escola, mas também uma mudança no pensamento muitas vezes preconceituoso e no acolhimento desses estudantes e professores com deficiência pela comunidade escolar.

A crescente matrícula de estudantes com deficiência, como também o ingresso de professores concursados que apresentam algum tipo de deficiência na rede Municipal de Educação de Fortaleza, é uma realidade, e por isso precisamos dar respostas a algumas perguntas: o que fazer? Como receber de maneira acessível? Como inserir esses novos estudantes e professores no ambiente escolar? Como favorecer o processo de escolarização?

## **2.1 A inclusão dos alunos com deficiência em escolas municipais**

Se faz necessário assegurar que, não somente as pessoas com deficiência estejam nas instituições de ensino, mas que essas sejam espaços de valorização das singularidades e assim haja um desenvolvimento das potencialidades e conquista da autonomia, isso é válido para todos os indivíduos. É importante mencionar que as Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, abrange os alunos com deficiência física, sensorial e intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Diante do exposto, o fundamento da educação inclusiva, também se faz baseada em uma formação docente que se atente às diferenças dos alunos e de suas aprendizagens, onde é considerável compreender como os currículos estão dispostos a permitir discussões e reflexões nos cursos de formação de professores, acerca das diversidades dos alunos.

A inclusão em todas as suas nuances tem sido tema de muitas pesquisas, principalmente na tentativa de quebrar paradigmas sobre estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem. Esse fato gera preocupação no meio científico e educacional uma vez que pessoas com deficiência e suas necessidades educacionais específicas são detentoras de identidades biológicas e sociais que precisam ser consideradas e valorizadas.

Gofman (1988) explica que um indivíduo estigmatizado é considerado como tendo uma característica diferente daquela aceitável pela sociedade, ou seja, não se encaixa aos padrões de “perfectibilidade” e “normalidade” que existem enquanto regra numa sociedade de produção.

Beauclair (2007) afirma que a inclusão é o movimento humano de celebrar a diversidade, envolvendo o sentimento de pertencer, de fazer parte de, é a valorização

da diferença e a busca de uma cidadania ativa construtora de qualidade de vida para todos.

A rotina escolar com seus desafios sempre foi muito complexa em todos os sentidos. A demanda atual de alunos PcD<sup>1</sup>, traz a necessidade de um olhar mais inclusivo, acolhedor e afetivo, exigindo assim, novas posturas e práticas a fim de efetivar o processo de aprendizagem

Uma escola diversa e inclusiva deve permitir a interação dos aprendentes, a partir dessa convivência desenvolver competências socioemocionais como empatia, paciência e colaboração, tão necessárias e urgentes numa sociedade como a nossa.

## **2.2 Educações inclusiva e professores com deficiência**

O número de professores com deficiência cresceu de forma significativa nos últimos 10 anos. A promoção da inclusão nas escolas e universidades e o crescente desenvolvimento de tecnologias assistivas contribuíram para um número bem maior de pessoas com deficiência concluindo a educação básica, ingressando em cursos de graduação e de pós-graduação. Formando profissionais em várias áreas que posteriormente acabam por enfrentar outras barreiras: à inserção profissional e a busca por melhores condições de trabalho. Por isso as políticas de inclusão precisam ainda ir mais além, colocando em prática ações mais rígidas para a conscientização da sociedade e superação dessas barreiras no mercado formal de trabalho e no serviço público. A legislação não tem sido suficiente para efetivar essas ações, outros fatores necessitam ser analisados tais como “o preparo profissional e social da pessoa com deficiência que está buscando o mercado de trabalho e, também, as condições estruturais, funcionais e sociais do ambiente que irá recebê-la como funcionária” (Tanaka; Manzini, 2005, p. 275).

Nem mesmo desempenhar a função pretendida com salários menores é possibilitado às pessoas com deficiência. As empresas já determinam as vagas que serão ocupadas por essas pessoas. Acabando por submetê-las a empregos de nível médio ou mesmo inferior. As vagas de nível superior quase nunca são ocupadas pelas pessoas com deficiência. Isso ainda se torna mais grave em se tratando de pessoas com deficiências sensoriais como a cegueira e a surdez.

---

<sup>1</sup> PCD - Pessoa com deficiência

A sociedade acaba priorizando as limitações e ignorando as potencialidades. Fruto do desconhecimento e do capacitismo que foca apenas na deficiência e pressupõe impossibilidades. Além disso, é muito comum se fazer a hierarquização dos corpos e das deficiências. Acreditar que é mais produtivo contratar uma pessoa com deficiência em um dos braços do que um cego, ou uma pessoa com deficiência em uma perna do que um surdo... bem como fugir da responsabilidade das adequações: Acredita que é melhor não contratar um cadeirante pra não ter que fazer alterações físicas no espaço, melhor não contratar um surdo pra não se preocupar em aprender Libras... Desta forma, acaba-se apenas por oportunizar a maioria das vagas de trabalho para corpos normativos ou o mais próximo possível disso.

Uma excelente alternativa para a inserção profissional das pessoas com deficiência são os concursos públicos, pois preveem um direito constitucional de reserva de vagas. Além disso, possuem vagas para os diferentes níveis superiores e a oferta de melhores salários. O que não significa dizer que seja uma alternativa fácil. Muito pelo contrário, ser aprovado em um concurso público demanda muita dedicação aos estudos. Nem todos conseguem tal conquista. Em alguns concursos públicos para cargos de nível superior, o número de candidatos e aprovados com deficiência é menor que o número das vagas reservadas.

E quando uma pessoa com deficiência consegue enfim se inserir na profissão, seja no mercado formal de trabalho ou serviço público, inicia-se outra luta: ser reconhecido como profissional com suas características diferenciadas, ter respeitados seus limites e valorizados seus potenciais, para conseqüentemente conquistar melhores condições de trabalho.

Em se tratando especificamente de professores com deficiência, mesmo sendo na educação, onde a inclusão já é um tema bastante difundido, as mesmas barreiras ainda são encontradas. O que nos leva a questionar: Será que a inclusão foi realmente compreendida na comunidade escolar ao ponto de não permitir que o capacitismo interfira na docência dos professores com deficiência?

Percebe-se aí um grande equívoco. Independente de se ter ou não ter uma deficiência, somos múltiplos e diversos. É preciso levar em consideração as características sociais e as experiências de vida de cada pessoa. Muito embora tenham concluído cursos superiores, não significa dizer que todos são iguais, possuem as mesmas habilidades, potencial, grau de autonomia... Em se tratando de pessoas com deficiência, além dessas questões, cada pessoa vivencia um processo

de inclusão diferente da outra, resultando em diferentes formas de viver e se relacionar.

Uma alternativa muito comum é direcionar os professores e alunos com a mesma deficiência, para atuarem como protagonistas nesse processo. Podendo ser uma boa possibilidade, pois ambos, professor e aluno, poderão compartilhar suas experiências. Possivelmente os professores irão reconhecer pontos críticos que podem interferir no processo de aprendizagem, além do domínio de tecnologias assistivas que podem potencializar a construção do conhecimento. Cabe salientar que cada pessoa vivencia o processo de inclusão de formas diferentes e isso perpassa por várias questões. Assim, não significa que o docente em questão, tenha o perfil para essa função. Sem contar que designar professores e alunos com a mesma deficiência como única forma de ensino e aprendizagem, não se caracteriza como uma atitude inclusiva, mas sim segregativa. Estes professores são importantes para alunos com a mesma deficiência, pois é a oportunidade de se trocar conhecimentos em questão, mas não é a única forma de se fazer acontecer o ensino e a aprendizagem.

### **2.3 Adaptações curriculares**

Podemos perceber que não basta concursos públicos com vagas para pessoas com deficiências e nem matrículas de estudantes com necessidades educacionais especiais para a inclusão de todas nas Escolas Públicas Municipais de Fortaleza.

Para que aconteça uma inclusão real, precisamos de mudanças e estratégias, como também sensibilidade em enxergar o outro como um ser de direito.

Entendemos como adaptações curriculares, medidas necessárias para receber e incluir estudantes e professores com deficiências nas escolas.

Administração pública, gestão escolar e professores fazem parte do movimento das adaptações curriculares, cada um com seu papel bem definido na busca por um sistema educacional inclusivo e uma escola acolhedora considerando as características e necessidades de cada um.

As Adaptações Curriculares estão divididas em Adaptações de Grande Porte ou Adaptações Significativas<sup>2</sup> e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte ou Não Significativas.<sup>3</sup>

### **2.3.1 adaptações curriculares de grande porte**

As Adaptações Curriculares de Grande Porte podem ser entendidas como estratégias de acessibilidade e autonomia para estudantes e professores com deficiências a nível político - administrativo superiores pois essas modificações envolvem ações políticas, administrativas, financeiras entre outras medidas que não estão ao alcance dos professores.

Considerando que em português refere - se a algo que não significa, optou - se pelo termo Adaptação Curricular de Pequeno Porte.

[...] Adaptações Curriculares de Grande Porte, ou seja, daqueles ajustes cuja implantação depende de decisões e de ações técnico - político - administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública (BRASIL,2000, p 10)

Para a implantação das adaptações curriculares de Grande Porte precisamos da ação da gestão escolar em acionar as políticas públicas necessárias para que os estudantes e professores tenham um melhor aproveitamento e garanta sua permanência e frequência na escola.

Para isso deve proceder uma criteriosa avaliação do aluno e do professor para identificar suas reais necessidades e evitar adaptações curriculares desnecessárias. Ao identificar as necessidades, as adaptações curriculares de grande porte deverão trazer acessibilidade e autonomia ao estudante e professor com deficiência, melhorando o seu aproveitamento escolar.

---

<sup>2</sup> No documento original PCN - Adaptações Curriculares (1999) são chamadas Adaptações Curriculares Significativas, mantendo-se a denominação utilizada na Espanha. Para o nosso trabalho vamos utilizar o termo Adaptações Curriculares de Grande Porte por melhor descrever o que se pretende.

<sup>3</sup> No documento original PCN - Adaptações Curriculares (1999) denominadas Adaptações Curriculares Não Significativas pela manutenção da denominação utilizada na Espanha.



Sabemos que mudanças não acontecem de um dia para o outro, que mudanças físicas na estrutura das escolas, aquisição de equipamentos e formação para professores são de grandes responsabilidades e precisa de tempo e planejamento, mas quando traçamos metas realistas, transformamos essas metas em ações, dia após dia, na luta por uma escola acolhedora promovendo ao aluno e professor uma convivência saudável e respeitosa em todos os aspectos.

### **2.3.2 adaptações curriculares de pequeno porte**

Podemos definir Adaptações Curriculares de Pequeno Porte como sendo as ações que o professor pode realizar com autonomia em sala de aula para favorecer a aprendizagem e a participação de todos os estudantes, incluindo os estudantes com deficiência.

[...] São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusiva do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. (BRASIL, 2000. p 8)

Nas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, os professores possuem autonomia para fazer modificações necessárias começando pela elaboração dos planos de ensino, na organização dos espaços em sala de aula, na diversidade metodológica para o ensino e avaliação, como também na flexibilização da temporalidade, na adaptação de materiais de uso comum em sala de aula, utilizando sistemas alternativos de comunicação eliminando o sentimento de inferioridade ou de capacitismo.

Muitas vezes será necessário oferecer ao aluno atividades flexibilizadas ou introduzir atividades complementares para favorecer a participação do estudante com deficiência em sala de aula regular juntamente com seus parceiros coetâneos<sup>4</sup>.

Com tudo isso entendemos que cada professor deve estar sempre atento a seus alunos, usando de criatividade para criar formas alternativas de ensino, fazendo diversas avaliações para identificar os ajustes necessários, favorecendo a inclusão e escolarização de todos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão nos faz repensar a diferença como uma questão social, pois cada indivíduo tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem únicas. Nesse contexto, aceitar as diferenças implica respeitar as características, os interesses, as motivações e os projetos de vida de cada pessoa no seu desenvolvimento global.

Muitas são as experiências e conhecimentos para se compartilhar na relação de professores e alunos com ou sem deficiência. Um professor com deficiência para atuar em salas inclusivas demanda uma boa concepção desse professor sobre o processo de inclusão, a diversidade e a multiplicidade. Bem como o auto reconhecimento como pessoa com deficiência, domínio das tecnologias assistivas que tem a sua disposição e a consciência da prática docente.

Enquanto aos professores sem deficiências, estes também têm um papel fundamental no acolhimento de todos no ambiente escolar. Acolher, novos professores com ou sem deficiências, acolher alunos com ou sem deficiência em sala de aula como seres com potenciais que precisam ser desenvolvidos com sensibilidade e atenção às suas necessidades.

Preparar a estrutura física das Escolas Municipais de Fortaleza para receber a diversidade é um passo importante para a acessibilidade de todos, contudo não podemos esperar uns pelos outros e nem colocar a culpa apenas no sistema, precisamos nos enxergar como responsáveis pela escola que queremos ter, gestão, professores, funcionários, alunos e seus familiares, todos fazendo parte desse processo, na luta contra o preconceito, já que a transformação da sociedade começa com a educação entrelaçada com a questão social, na luta anticapacitista.

---

<sup>4</sup> Parceiros coetâneos - colegas da mesma faixa etária.

#### 4 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BELCLAIR, J. **Incluir, um verbo necessário a inclusão (pressupostos psicopedagógicos)** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2007.

BRASIL, **Projeto Escola viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos nas escolas - alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações curriculares de grande porte.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Especial 2000.

BRASIL. Lei nº13146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03\\_ato/2015-2018/lei\\_13146](http://www.planalto.gov.br/civil_03_ato/2015-2018/lei_13146) acesso em 25 de Out. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro; LCT, 1988

SILVA, A.M.M. **Educação inclusiva e direitos humanos.** 1ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2015